



Anais da Assembléia

Nº 138

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edino Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nersu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colagor; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Salema - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartério - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		PL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1,00	
I	I	NATUREZA I	I I		I H DO
I CODIGO I	ESPECIFICACAO	I DA I PONTE ILDERI	VALOR	I PROC	
I I	I	I DESPESA I	I I	I COP	
I 6500 I SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I	I I	I	
I I	I	I	I I	I	
I 6502 I DIRETORIA GERAL	I	I	I I	I	
I 1121 I APOIO A PEQUENA PROPRIEDADE	I 4414.30 I	25 I L I	15.000.000	I 0594	
I I	I 4440.30 I	25 I L I	10.000.000	I 0594	
I I	I 4450.30 I	25 I L I	10.000.000	I 0594	
TOTAL			35.000.000		

CANCELAMENTO		A N E X O I I				PL. 01	
DE DESPESA		ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	PONTE	ILDR	VALOR	N.DO	PROC
							COP
6500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
6501	GABINETE DO SECRETARIO						
1118	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA O PROGRAMA PARANA						
	12 MSES/BIRD - CODAPAR	3313.44	25	L	10.300.000	0594	
			30	L	12.264.000	0594	
6502	DIRETORIA GERAL						
1121	APOIO A PEQUENA PROPRIEDADE	3390.42	00	L	10.471.000	0594	
1124	APOIO AO DESENVOLVIMENTO PECUARIO	3390.42	00	L	1.965.000	0594	
T O T A L					35.000.000		

ACRESCIMO		A N E X O I I I				PL. 02	
RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO			
2211.03.00	DEVOLUCAO DE CAPITAL SUBSCRITO	25	24.700.000	0594			
T O T A L			24.700.000				

REDUCAO		A N E X O I V				PL. 02	
RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO			
1113.02.00	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A CIRC.NERC.E S/PRESTACAO						
	E SERV.DE TRANSP.INTEREST. E INTERMUN. E DE COMUNICACAO	00	12.436.000	0594			
2129.02.00	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS VINCULADAS	30	12.264.000	0594			
T O T A L			24.700.000				

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 278/97, do Senhor Henrique Chesneau Lenz César - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei que altera as Tabelas de Custas do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a restauração e a inclusão na Ordem do Dia, do Pro-

jeto de Resolução nº 009/96, de autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito no distrito de Vila Gandhi, anexando-o ao Município de Bela Vista do Paraíso e que se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Retirada por 10 Sessões do item 07, 2º Discussão do Projeto de Lei nº 126/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (01.09).

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2020

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada por 05 (cinco) Sessões, o Projeto de Lei nº 293/96.,

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2006

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Fernandes Fidelis Franciscan, do Município de Vitorino-PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, deixa esposa e filhos. A eles, deixa também como legado uma vida toda ela de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver.

O Município de Vitorino se encontra em estado de profunda consternação e tristeza pelo falecimento do Senhor Fernandes Fidelis Franciscan, um pioneiro da cidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Abel de Moura, do Município de Medianeira-PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Abel de Moura, chegou no Oeste do Paraná, há quase quatro décadas. Escolheu Medianeira para fincar raízes, constituir família, lutar pela comunidade e viver. Foi um homem empreendedor. Nunca se omitiu na defesa dos interesses maiores.

O passamento prematuro de Abel de Moura, abriu uma lacuna na sociedade de Medianeira. Seu jeito alegre, bonachão, firme, ficarão para sempre gravados na mente de todos. Também os tradicionalistas, movimento do qual

sempre participou, sentirão muito a sua falta. Um pai exemplar, marido correto, a todos contagiava pela sinceridade que transmitia.

Esta Assembléia Legislativa tem o dever de se associar à dor da família, parentes e amigos pela perda irreparável de Abel de Moura.

REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo "Votos de Pesar", aos familiares do Senhor Getúlio Bitencourt, Prefeito do Município de Barra Velha, Sta. Catarina, falecido em 27.08.97.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Getúlio Bitencourt, homem conhecido nos meios políticos, exercia o cargo de Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, pelo segundo mandato consecutivo, sempre com dinamismo, sabedoria e muito conhecimento dos problemas enfrentados no mandato de prefeitos municipais, assim como o Senhor Erivelto Bitencourt, seu filho que exerce o cargo de Prefeito do Município de Barra do Turvo.

REQUERIMENTO Nº 2044-D

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado Votos de Pesar à família Zavelinski, pelo falecimento da Sra. Emília Zavelinski, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2044-E

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado Votos de Pesar à família Giliczynski, pelo falecimento do Sr. Albino Giliczynski, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2044-F

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado Votos de Pesar à família Rogal de Andrade, pelo falecimento do Sr. José Jorge Rogal de Andrade, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2044-G

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado Votos de Pesar à família Mendes, pelo falecimento da Sra. Zoraide Mendes, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado Votos de Congratulações ao empresário Sr. Luiz Gonçalves pela edificação e inauguração do "Shopping Piu Bello" de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento homenagear e reconhecer na ilustre figura do empresário Luiz Gonçalves, o espírito empreendedor ao inaugurar em Campo Mourão o "Shopping Piu Bello", em moderna e arrojada arquitetura com 3 pavimentos comerciais, 93 lojas, 29 quiosques, cinema e demais dependências, numa área construída de 10.000 m².

Nada mais justo portanto o reconhecimento deste empreendedor que confiando na pujança de Campo Mourão e região, entrega à comunidade esta obra que por certo está sendo e será o ponto comercial mais importante da região.

End.: Rua Harrison J. Borges, 1221, sl 1 - CEP: 37.300.000 - Campo Mourão-PR.

REQUERIMENTO Nº 2007

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado Votos de Congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, pela passagem dos seus 25 anos de existência.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento homenagear a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão pelo seu "Jubileu de Prata".

A Associação foi fundada no dia 15 de julho de 1972, por 14 profissionais, que tinham na época o objetivo de aglutinar os colegas de agronomia e formar um fórum de debates para discutir os problemas e as situações da agricultura e do exercício da profissão, definindo ações práticas para o desenvolvimento da categoria. Os idealizadores perceberam e implementaram os princípios que nortearam os destinos da associação.

Que deste requerimento tomem conhecimento os seguintes homenageados:

- Eng. Agrônomo João Batista da Silveira Luiz - Presidente da Associação dos Eng. Agrônomos de Campo Mourão.

- Eng. Agrônomo Carlos Flores Filho - Presidente da FAEAB - Federação das Associações dos Eng. Agrônomos do Brasil.

- Eng. Agrônomo Nestor Braganholo - Presidente da Associação dos Eng. Agrônomos do Paraná.

- Eng. Agrônomo Edson Batilani - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de C. Mourão.

- Eng. Civil Ivo Gilberto Martins - Presidente do CREA-PR.

- Eng. Agrônomo Silvestre Dimas Stanizewski - Chefe do Núcleo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Regional de C. Mourão.

- Eng. Agrônomo Belmiro Ruiz Marques - Chefe do Escritório Regional da Emater de C. Mourão.

- Eng. Agrônomo José Aroldo Galassini, homenageado com o Mérito Agrônomo. (End. Rua Fioravante J. Ferri, 99 CP: 460 CEP: 87.308-400 - Campo Mourão-PR.).

Ex-Presidentes:

- João Carlos Flores, gestão 1972/74, 1974/76 e 1978/80.

- Vanio do Amaral Lima, gestão 1976/78.

- Nei Leocádio Cesconetto, gestão 1976/78.

- Vilmar Buzzo, gestão 1978/80.

- Júlio Ossamo Mosuhashi, gestão 1980/82.

- Adolar Francisco Adur, gestão 1982/84.

- Ricardo Accioly Calderari, gestão 1982/84.

- Joaquim Mariano Costa, gestão 1984/86.

- Nery José Thomé, gestão 1986/88.

- Edson Batilani, gestão 1986/88.

- Gilberto Muniz Simon, gestão 1988/90.

- Valdomiro Bognar, gestão 1990/93.

- Cláudio Fco Bianchi Rizzato, gestão 1993/95.

- Erickson Canargo Chandoha, gestão 1995/97.

REQUERIMENTO Nº 2008

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado Votos Parabenizando o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, pelo brilhante trabalho desenvolvido nos trinta meses de Governo Jaime Lerner, conforme pode-se constatar no relatório consolidado apresentado por aquela entidade a todos os parlamentares.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Vale ainda ressaltar que, na honrada pessoa do seu Presidente Segismundo Morgenstern, bem como todos os demais funcionários, temos tido merecido atenção especial aos vários pleitos oriundos das Prefeituras Municipais, Associações de Pais e Mestres e direções das escolas da rede estadual.

Por esta e outras inúmeras razões é absolutamente justo que esta Casa reconheça todo o trabalho daquela equipe que não tem medido esforços no sentido do cumprimento de suas obrigações, qual seja o de bem atender a causa pública.

REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações ao Senhor Paulo Roberto Sovinski, residente em Campo Mourão, servidor da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Microrregião 12.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Paulo Roberto Sovinski, natural de Campo Mourão, nascido em 11 de maio de 1958, casado com Rosângela Aparecida dos Reis Sovinski, com quem formou uma família com dois filhos - Paulo Henrique e Higor, pai de família e profissional exemplar.

Paulo Roberto reside em Campo Mourão, estudante do CEFET, onde está cursando edificações, para melhor contribuir com a comunidade, através de sua atuação profissional na Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, onde vem contribuindo com a construção de milhares de moradias aos trabalhadores da região.

Na gestão do governo Roberto Requião, Paulo Roberto colaborou com o escritório Regional da COHAPAR de Campo Mourão de, para realizar o sonho da casa própria à milhares de trabalhadores da Microrregião 12. Como profissional comprometido com a questão da moradia popular, contribuir para o sucesso do programa "Casa da Família", sempre lembrado como profissional competente, dedicado e comprometido com a construção de moradias de qualidade.

REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações à senhora Leila Aparecida Zacarias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Londrina e Região - SINTVEST, pelas relevantes atividades exercidas em benefício dos trabalhadores das indústrias do vestuário e das classes menos favorecidas de Londrina e Região.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Leila Aparecida Zacarias, natural de Sertãoópolis, nas-

cida em 1960, residente em Londrina desde 1969, onde formou uma família com dois filhos - Michelle Elizabeth e Michel Raphael.

Formada em Educação Física pela Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná - UNOPAR, Leila sempre demonstrou ser uma profissional competente e respeitosa em toda região. Mas foi na área de vestuário que conquistou maior destaque. Quando ingressou na categoria do vestuário, Leila observou o abandono a que estavam aexpostos os trabalhadores do setor e iniciou a conscientização e mobilização da classe.

Em 1987, surgiu um Sindicato forte, combativo e realmente representativo dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Londrina e Região - SINTVEST, atualmente com uma base de 9.000 trabalhadores diretos e 15.000 indiretos. Leila coordena um serviço permanente de apoio à categoria em toda Região, de Rolândia até Jacarezinho totalizando 32 cidades.

Além da SINTVEST, Leila atua no Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP; do Conselho Municipal do Trabalho de Londrina; da Câmara Setorial Textil do Paraná; da Associação das Mulheres Empreendedoras do Norte do Paraná; da Cooperativa dos Trabalhadores do Estado do Paraná - COTEPAR; do Grupo de Apoio aos Trabalhadores de Londrina, Cambé e Rolândia; da Força Sindical e é suplente de Juiz Classista na 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina.

Militante Sindical combativa e solidária, mãe exemplar, profissional competente e responsável, Leila é reconhecida pelos trabalhadores e amigos como companheira dedicada às causas populares, exemplo de cidadã e dirigente social.

REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Votos de Congratulações ao Jornal Indústria & Comércio, pelas comemorações alusivas ao 21º aniversário de sua fundação.

É inequívoca a grande contribuição que os órgãos sérios de imprensa deste país deram para a consolidação da democracia, tão propugnada pelos brasileiros.

Nesta esteira de importantes contribuições, o Jornal Indústria & Comércio, fundado em 2 de setembro de 1976, jamais se curvou nestes 20 anos de fundação diante do processo histórico; muito pelo contrário, caminhou lado a lado para o progresso e engrandecimento do nosso Estado do Paraná, notadamente avançado para o elevado grau de politização de seus leitores, com uma postura honesta e imparcial.

Trata-se de um jornal com leitura obrigatória e indispensável a todos que necessitam ou querem estar bem informados. Parabéns Jornal Indústria & Comércio!!!

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2044-B

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações Globoaves Agropecuária Ltda., alusivos ao alcance do primeiro lugar no ranking nacional das empresas avícolas em 1996, conforme publicado na revista Avicultura Industrial, na edição de junho/97.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor daquela empresa, Senhor Veici Luiz Kaefler, através de correspondência a ser encaminhada à BR-467, km 3, Jardim Alvorada, CEP 85811-750, Município de Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2013

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Douto Plenário,

REQUER o envio de votos de louvor ao Jornal Folha de Londrina pelo editorial publicado no dia 28/08/97, página 03, sob o título O Otimismo do Brasileiro que coloca com coragem e lucidez a visão profunda e madura da realidade em que vivemos, e que seja transcrito nas atas da Casa.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O papel da imprensa sempre foi e sempre será dos mais importantes no processo de desenvolvimento de uma Nação. Neste Editorial vem retratar o otimismo do povo brasileiro, que por diversos fatores históricos e sociais vem amadurecendo e percebendo que os problemas que existem no Brasil podem ser resolvidos com a participação de todos os cidadãos na construção do futuro país.

REQUERIMENTO Nº 2021

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso à Dra. Marília Cristina Milano Campos, natural de Curitiba, formada pela Universidade Católica do Paraná no ano de 1978, com especialidade em Clínica Médica e que desde então, vem atuando na medicina com muita dedicação. Atua como Conselheira do Conselho Regional de Medicina, é professora da PUC no Hospital Cajuru e atende na Clínica do Sesc. A Dra. Marília tem sido lembrada com muito carinho pelos seus pacientes, os quais, sentindo-se agradecidos, buscaram-nos para que, por meio deste voto de louvor ficasse registrado nos anais desta Casa de Leis, todo o respeito e consideração que ela merece, pelos seus conhecimentos, carinho e atenção que tem sempre dispensado a todos. À Dra. Marília, os nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos seus valiosos préstimos profissionais. Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) LUIS CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito aplauso ao Dr. Paulo Renato B. Barreto, natural de Porto Alegre, médico cardiologista, formado pela Faculdade Evangélica do Paraná. Vem atuando na medicina cardiológica com muita dedicação. Atende pelo SUS no Hospital Afílio Salaminini no Município de São José dos Pinhais. O Dr. Paulo Renato tem sido lembrado com muito carinho pelos seus pacientes, os quais, sentindo-se agradecidos, buscaram-nos para que, por meio deste Voto de Louvor ficasse registrado nos anais desta Casa de Leis, todo o respeito e consideração que ele merece, pelos seus conhecimentos, carinho e atenção que tem sempre dispensado a todos. Ao Dr. Paulo Renato, os nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos seus valiosos préstimos profissionais. Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com a sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 2044-A

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, da Moção aprovada (em anexo) pelos Deputados Estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, durante a realização do Seminário Regional Sobre Segurança Pública e a Situação das Polícias, em 1º de setembro de 1997.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz George Herwig, solicitando a imediata construção de um abrigo para ônibus na PR-562 nas imediações do aeroporto de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) NEREU MOURA.

JUSTIFICATIVA:

São inúmeras as pessoas que residem nas proximidades do aeroporto de Coronel Vivida, que está localizado não muito distante da cidade. Todavia, sempre que alguém precisa se utilizar de transporte coletivo é um sofrimento sem precedente. Especialmente para as crianças que tomam o ônibus para ir a escola.

Trata-se na verdade de uma obra pequena, mas que causará enorme melhoria na qualidade de vida da população. Como disse o pensador "são os pequenos frascos que possuem as grandes essências".

REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, manifestando o apoio desta Casa de Leis ao cumprimento da Lei de Anistia de 1979, que teve paralisação a concessão de benefícios a milhares de anistiados políticos em todo o país, conforme atesta a Associação Nacional dos Anistiados Políticos.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa seja comunicada também aos Ministros de Estado da Justiça, Iris Resende, do Trabalho, Paulo Paiva, da Previdência Social, Reinaldo Stefanos, e ao Secretário de Direitos Humanos, José Gregori, além do Presidente da Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Carlos Fernandes, SQS - Qd. 01 - Bl. K - Sala 903 a 907 - Edifício Seguradoras/Brasília-DF, CEP 70.093-900.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) BETO RICHIA.

JUSTIFICATIVA:

Durante o Regime Militar, milhares de brasileiros foram violentamente perseguidos e prejudicados em seus direitos legais e humanos. Prende-se e torturou-se milhares de pessoas e assassinou-se centenas de brasileiros, além dos milhares que se exilaram ou buscaram a clandestinidade. Em 1979 foi promulgada a Lei da Anistia. Pensava-se então que os brasileiros prejudicados poderiam requerer seus direitos fundamentais. Infelizmente, embora para alguns isso foi possível, para muitos outros ainda não.

Seus direitos encontram-se à mercê da burocracia que insiste em protelar a concessão dos benefícios previstos na Lei da Anistia. Utilizando-se do escândalo das fraudes em alguns processos, o Governo Federal está patrocinando procedimentos demasiadamente burocráticos, o que vem dificultando a concessão de benefícios preconizados por Lei.

Por esta razão, cabe aos integrantes desta Casa de Leis solicitar ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que viabilize as propostas defendidas pelos anistiados políticos: 1 - A criação de uma Comissão tripartida (três membros da Presidência, três da Câmara dos Deputados e três dos Anistiados - sendo dois civis e um militar), sob a supervisão da Presidência da República, para revisar toda a legislação existente, processos considerados fraudulentos e aqueles indeferidos nos últimos três anos; 2 - Transferir todos os processos de Anistia do Ministério do Trabalho para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos; 3 - e, Sustar os efeitos da SOS e das ON indicadas e dos artigos 117 e 129 do Decreto 2.172, até posterior manifestação da Comissão Tripartida.

Com estes procedimentos, acreditamos que os direitos mínimos dos cidadãos perseguidos e prejudicados durante o Regime Militar serão resgatados, fazendo-se finalmente justiça. No momento que a Assembleia Legislativa do Paraná comemora seu pioneirismo ao garantir indenização aos presos políticos paranaenses que sobreviveram às torturas praticadas durante o Regime Militar, é preciso agora sermos os

primeiros a manifestar nosso apoio à reivindicação dos Anistiados Políticos, que desejam tão somente o cumprimento da Lei da Anistia de 1979.

REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido dos moradores e proprietários de residências localizadas próximas a Av. Paranaguá, os quais solicitam a colocação de lombadas nessa avenida, entre os Bañeiros de Betaras e Saint Etienne. A velocidade desenvolvida pelos veículos é muito alta, tornando o local muito perigoso. As lombadas certamente obrigarão os motoristas a diminuírem a velocidade de seus veículos e o local ficará mais seguro. Encaminhamos este mesmo pedido a Prefeitura Municipal de Matinhos e recebemos como resposta que por tratar-se da PR-412, a conservação é de competência do DER, conforme cópia anexa.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 2024

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de encontrar uma solução para o problema referente a alta velocidade desenvolvida pelos veículos na BR 277 - Km 26, nas proximidades do Jardim Rivaben - Bairro Bom Jesus - Município de Campo Largo. Ocorre que no local já existe um Redutor de Velocidade, porém não resolve o problema, pois os caminhões não reduzem a velocidade e ainda causam um barulho infernal. A situação é crítica, os moradores que residem próximo a BR não conseguem dormir e solicitam a implantação de uma Lombada Eletrônica no cruzamento próximo ao Posto Texaco. Com outro tipo de redução de velocidade não resolveu esse problema, talvez a Lombada Eletrônica seja mais eficaz. Informações complementares, se necessárias, poderão ser obtidas com a Sra. Ignês Pereira pelo telefone 292-4133.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de destacar um policial de trânsito na Rua José Veiga, trecho entre as ruas Canindé e Eduardo Sprada - Bairro São Braz, com a finalidade de sanar o problema referente a carrinhos de rolamentos que vêm causando muitos transtornos para os moradores do local. Muitos adolescentes residentes em outros bairros vêm ao local para brincar com esses carrinhos, promovendo um barulho insuportável e ainda podem provocar acidentes, pondo em risco todas as pessoas que ali residem ou necessitam transitar. É necessário verificar o problema e encontrar uma solução, a fim de deixar a população mais tranquila e segura.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 2026

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Praça Guanabara, na Rua Amazonas, ao lado do nº 78, em frente ao Colégio Bitar, no Bairro Água Verde. A ação de marginais e o vandalismo são constantes no local,

deixando toda a população muito apreensiva e a presença de policiais se faz necessária o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros, na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a manutenção do transporte escolar no Município de Alto Piquiri.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315), ao Vereador Venino da Silva Moura Filho, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP. 87580-000.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) NELSON GARCIA.

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros, na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a manutenção do transporte escolar no Município de Cafezal do Sul.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Italo Orcelli, 796), ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cafezal do Sul (Rua Italo Orcelli, 658) CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 03.09.97.
(a) NELSON GARCIA.

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Cruzeiro do Oeste.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Mazzei, DD, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, DD, Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste (Av. Brasil, s/nº CEP: 87.400-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Douradina.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Jo-

sé Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470); ao Vereador Aparecido Balbino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320 CEP: 87.485-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Engenheiro Beltrão.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Dalpont, Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160 CEP: 87.270-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Esperança Nova.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Av. Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martinez, Presidente da Câmara Municipal (Av. Duque de Caxias, 400 CEP: 87.545-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Iporã.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, DD, Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, DD, Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/nº CEP: 87.560-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Jussara.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr.

Pedro Cândido de Oliveira, MD, Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28); ao Vereador Jaír Romero, MD, Presidente da Câmara Municipal (Av. Dr. Gastão de Mesquita Filho, 778 CEP: 87.230-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Maria Helena.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Lourival José Ferreira, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); à Vereadora Aurina de Oliveira Pereira, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160 CEP: 87.480-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Marluiz.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Ilmar Rubens Miyakawa, Prefeito Municipal (Av. Marília, 1920); ao Vereador João Lemes Barbosa de Queiroz, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 160 CEP: 87.470-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Nova Olímpia.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Sidney Apolonio, DD, Prefeito Municipal (Rua L. Pradela, 265); ao Vereador Antonio Dizenzo, DD, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700 CEP 87.490-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Pérola.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr.

Valdecir Cândido da Silva, Prefeito Municipal (Rua Rosário, 202); ao Vereador Wilson José L. Stefano, Presidente da Câmara Municipal (Av. Da. P. Byington, s/nº CEP: 87.540-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Rondon.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Augusto Mossambani, DD, Prefeito Municipal (Praça Mal. Rondon, 337); ao Vereador Nivaldo Cogo, DD, Presidente da Câmara Municipal (Praça Mal. Rondon, 337 CEP: 87.800-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Xambrê.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Décio Jardim, DD, Prefeito Municipal (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, DD, Presidente da Câmara Municipal (Rua A. J. Byington, s/nº CEP: 87.535-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de São Jorge do Patrocínio.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Claudio Palozzi, DD, Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador Valdecir Secundo de Melo, DD, Presidente da Câmara Municipal (Av. D. Manoel, s/nº CEP: 87.555-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Tapira.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte

escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Wagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaguá, s/nº); ao Vereador Gentil Bertozzo Correa, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, 518 CEP: 87.830-000).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, MD, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a manutenção do transporte escolar no Município de Umuarama.

Tal reivindicação é fundamental para que se possa oferecer àquela comunidade estudantil, meios de transporte escolar condizente com a demanda de alunos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 CEP: 87.501-130); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 CEP: 87.502-080).

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2044-C

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Manoel Garcia Cid, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando urgentes providências quanto aos contratos de securitização da dívida dos agricultores para com o Banco, especialmente os do Programa "Panela Cheia", vinculados à equivalência produto a preço de mercado, que foram transformados em contratos de alongamento, desrespeitando o que estabeleceu a Lei nº 9.138/95.

Pela sistemática adotada pelo BANESTADO, os produtores rurais passaram a dever na securitização muito mais do que realmente deviam, isto porque o cálculo foi com base em valores de mercado e não em sacas de milho, como deveria ter sido. Assim, os produtores estão sem condições de saldar seus débitos, que foram elevados substancialmente pela forma do cálculo.

Assim, necessário se faz que medidas sejam tomadas no sentido de que o BANESTADO efetue o recálculo dos contratos, a fim de não prejudicar e levar os produtores rurais à insolvência.

Esta preocupação, veio refletida no expediente recebido da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, através de seu Presidente Agide Meneguette.

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura do Paraná, sobre a produção de livros através do Programa "Polo Editorial" solicitando as seguintes informações:

- 1 - Qual o valor total dos recursos destinados pelo Governo do Estado para edição dos livros?
- 2 - Como foram realizadas as licitações para qualificar a escolha das editoras e gráficas?
- 3 - Como foi feita a qualificação dos autores dos livros?
- 4 - Como e a quem serão distribuídos os mesmos?
- 5 - Quantos e quais os títulos já produzidos e em produção?

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, referente ao Termo de Acordo nº 1466/97, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 22 de agosto de 1997. Com os seguintes questionamentos:

- 1 - Quais os créditos e débitos mensais da Renault do Brasil Automóveis Ltda, para com o tesouro do Estado, gerados após a assinatura do Protocolo entre o Governo do Paraná e aquela montadora?
- 2 - Quais os créditos e débitos da Renault Comercial S/A, para com o Tesouro do Estado, gerados após a constituição da empresa?
- 3 - Quais as empresas controladas pela Renault do Brasil Automóveis Ltda, que poderão beneficiar-se com os créditos de até 100%, conforme cláusula primeira do Termo de Acordo?
- 4 - Quais os estabelecimentos de fornecedores ou prestadores de serviços já beneficiados pelo Termo de Acordo nº 1466/97?
- 5 - Como serão efetuadas as transferências de créditos do ICMS da Renault do Brasil Automóveis Ltda, para as empresas contratadas pelo grupo?
- 6 - Como será fiscalizado a transferência de crédito?
- 7 - Qual o período de duração do acordo?
- 8 - Este acordo beneficiará quaisquer empresas que mantenham relações comerciais com a Renault?
- 9 - Qual o prazo médio do diferimento do ICMS devido, resultante da cláusula segunda do Termo de Acordo nº 1466/97?

Sala das Sessões, em 03.09.97
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito Areia Branca dos Assis, para que a população decida sobre a criação do município do mesmo nome, desmembrando-o do Município de Mandirituba, com as seguintes divisas:

"Começa na cabeceira de um arroio existente na margem direita da BR-2, Curitiba-Rio Negro, nas imediações do km 41, segue por este abaixo até sua foz no Rio Cai, seguindo por este abaixo até a sua foz no Rio da Várzea, seguindo por este até a sua cabeceira, mais alta, desta em linha reta até o ponto de partida, no km 41, da BR-2."

PERIMETRO URBANO

"Inicia-se no marco do km 147, da BR-116, na confluência da BR-116 com a nascente do afluente M.D. do Rio de Areia Branca, mais próximo do Posto Iguaçu 3; deste ponto, seguindo o afluente em direção à juzante prosseguindo pelo próprio Rio de Areia Branca, sempre na direção juzante até encontrar a BR-116; deste ponto, na altura do km 147, lado direito da BR-116, quem vai no sentido Mandirituba-Quitandinha, seguindo pela margem esquerda do córrego que dali parte até o encontro do mesmo com o Rio Areia Branca, seguindo pela margem esquerda do mesmo até o seu encontro com o Rio do Barco e seguindo pela margem esquerda deste último até encontrar a BR-116, no seu lado direito, no Km 148,7; e pela área que se inicia ao lado esquerdo da BR-116, sentido Quitandinha-Mandirituba, na altura do Km 148, nos limites Sul da área do DNER, seguindo pela sua divisa Leste, passando pelos limites Leste das terras do espólio de Francisco Assis Pereira Magalhães e de seu ponto extremo até encontrar a estrada velha de Agudos do Sul, seguindo por esta no sentido de Agudos do Sul, até a estrada chamada "estrada mais antiga de Agudos do Sul", descendo por esta na direção da Escola João Afonso Camargo, e nos limites Norte desta, pela Rua sem saída até encontrar a BR-116; seguindo a própria BR-116, na direção de Curitiba, por aproximadamente 800 m (oitocentos) até al-

cançar a estrada antiga que liga à PR-419 passando pelos fundos da Igreja S. Benedito; deste ponto, incluindo-se os lotes que dão testada para a referida estrada com profundidade máxima de 50 m até alcançar a própria PR-419; continuando pela mesma PR-419, até alcançar o Km 48 da referida rodovia; deste ponto na direção perpendicular ao eixo da PR-419, até alcançar o primeiro córrego, sem denominação; deste ponto em linha reta, no rumo aproximado de 33º NE baseando-se no levantamento aerofotogramétrico da CO-MEC, até a confluência de 2 córregos sem denominação; deste ponto, em direção juzante até alcançar a BR-116; deste ponto, seguindo a BR-116 em direção à Curitiba até o ponto inicial."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de Areia Branca dos Assis a Município neste momento, deve-se ao real desenvolvimento deste Distrito, que ultimamente vem melhorando consideravelmente as condições de vida de seus habitantes.

Areia Branca dos Assis, fica a uma distância da sede do município de Mandirituba de 12 km, dificultando o atendimento à população.

Por estes e outros motivos inerantes à necessidade de autonomia e ainda por estar com a documentação em ordem, é que esperamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, no sentido da aprovação à medida proposta.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 415/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Centenário do Sul.

Parágrafo Único - Fica incluído os Municípios de Cafeara e Lupionópolis na área de abrangência da CIRETRAN de Centenário do Sul.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Centenário do Sul.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Centenário do Sul.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Foi no ano de 1983 que esta Casa de Leis aprovou projeto criando 74 (setenta e quatro) CIRETRANS no Estado. Hoje, passados quase quinze anos, as estatísticas demonstram que o número de habitantes que necessitam dos trabalhos do Departamento de Trânsito dobrou e se faz urgente a viabilização de mudanças na legislação no sentido de agilizar a prestação de serviços por parte do Estado.

Mais de uma década já se passou e se faz necessário esta Assembléia Legislativa reordenar a distribuição das CIRETRANS no Estado, e entendemos justa a reivindicação do Prefeito de Centenário do Sul, Dr. Antônio Mário Guirro no sentido de possibilitar melhor atendimento nos serviços oferecidos pelo DETRAN à população de seu município.

PROJETO DE LEI Nº 416/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Antonio Facci.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Filho de colonos, Antonio Facci, nascido em Cedral, Estado de São Paulo, sempre palmilhando pelos caminhos do autodidatismo em vários campos do saber humano, abraçou a profissão de Serventuário da Justiça, sendo titular do Cartório de Paz e Anexos do Distrito Judiciário de Florianópolis, Município e Comarca de Maringá, desde junho de 1964.

Com o conhecimento que já possuía como homem inteiramente voltado para assuntos da Comunidade, foi eleito Vereador em Maringá no ano de 1968, líder de uma bancada, onde exerceu as funções de presidente da Comissão de Lavoura, Indústria e Comércio, e Membro da Comissão de Educação e Cultura, da qual também foi Presidente.

Desempenhou ainda as funções de Primeiro Secretário da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Maringá no biênio 71/72.

Pela sua eficiência foi reeleito em 1972 sendo reconhecido como um dos mais dedicados entre os Vereadores de Maringá, abrindo o caminho para a sua eleição a Deputado Estadual em 1974 e reeleito em 1978, oportunidade em que, dentro das restrições constitucionais impostas ao Legislativo, não limitou-se a apresentação de projetos mas consubstanciou inúmeras proposições através de requerimentos e indicações sobre os mais variados temas da vida comunitária paranaense.

Falar das qualidades do Senhor Antonio Facci é desnecessário, pois elas são publicamente conhecidas, e com certeza, motivo de orgulho para todos nós.

O Curriculum Vitae que anexamos ao presente, comprova a capacidade do Senhor Antonio Facci, bem como da justeza da homenagem que ora propomos, sendo outorgado pelos Paranaenses o Título de Cidadão Honorário, pelo seu trabalho em prol do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 417/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade, com sede e foro no Município de Francisco Alves - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade de Francisco Alves, fundada em 21 de janeiro de 1997, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de Assistência Social, sem fins lucrativos, político partidário ou religioso, com sede e foro no Município de Francisco Alves - PR.

PROJETO DE LEI Nº 418/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Regional dos Ostromizados do Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel, tem por objetivo congrega todos o ostromizado residente na cidade e região, procurando integrá-lo a sociedade, através de amparo psicológico, físico, espiritual e social.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 419/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro-Aberto "Casa de José", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, visa prestar serviços na área de saúde mental comunitária.

Objetiva, principalmente, estimular crianças, adolescentes e jovens, que vivem em situação de rua, a desejarem uma mudança de vida, e viabilizar seu encaminhamento de volta a família de origem. Trata-se de um projeto cristão evangélico, no qual se busca transmitir o evangelho de forma a trazer consciência, libertação e responsabilidade.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 420/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública a "A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Celso Carlos Paulista" AMOCAP, com sede e foro na cidade de São João do Ivaí - PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.97.

(a) MILTINHO PUPPIO.

JUSTIFICATIVA:

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo presente, as ações desenvolvidas pela AMOCAP tem como objetivo principal de reivindicar junto aos órgãos públicos: melhorias, reparos ou implantação de serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos, visando a elevação da qualidade de vida entre a comunidade local.

Portanto, por entender como justo e para atender o acima exposto, conto com a aprovação da presente lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de Autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Miltinho

Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprova-**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 079/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que Declara de Utilidade Pública a Comunhão Espirita Cristã, com sede e foro em Londrina. **Aprovado**

(Publ. no DA, nº 24, de 22.05.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 255/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima, com sede e foro no Município de Prudentópolis. **Aprovado.**

(Publ. no DA, nº 87, de 04.06.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 309/97, de autoria do Deputado Basílio Zanuso, que Declara de Utilidade Pública a Associação da Creche Municipal Maria José Vasconcelos, com sede e foro no Distrito de Maristela, Município de Alto Paraná. **Aprovado.**

(Publ. no DA, nº 106, de 25.06.97).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 310/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que Declara de Utilidade Pública o Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social - ISEDES, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. **Aprovado.**

(Publ. no DA, nº 106, de 25.06.97).

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que obriga todos os Estabelecimentos de Ensino do Estado do Paraná, a Advertência das Consequências do uso de Drogas Alucinógenas, Bebidas Alcolólicas, Fumo e da Prática do Relacionamento Sexual sem Segurança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado.**

(Publ. no DA, nº 135, de 16.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 407/95

P A R E C E R :

Procedidas diligências junto a Secretaria de Estado da Educação, que expediu parecer favorável à operacionalização do projeto de lei em exame, nada encontramos que obste a tramitação da matéria.

Isto posto, exaramos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 407/95, no âmbito de competência desta Comissão Permanente.

Sala das Comissões, em 20.08.96.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 407/95

P A R E C E R :

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade obrigar todos os estabelecimentos de Ensino do Estado do Paraná, a advertência das consequências do uso das drogas alucinógenas, bebidas alcoólicas, fumo e da prática do relacionamento sexual sem segurança.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição em tela visa advertir os estudantes do nosso Estado dos malefícios do fumo, do uso de drogas, bebidas alcoólicas e do sexo "inseguro". A educação dá aos jovens uma maior liberdade dos seus atos. Nada mais justo que se advirta os jovens, para que façam uso dessa liberdade de forma consciente e responsável.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei que ora analisamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
RENATO ADUR - Relator.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/96, de autoria do Deputado Beto Richa, que cria a Comissão de Memória Política do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Aprovado.
(Publ. no DA, nº 23, de 26.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 091/96

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Beto Richa, visa criar a Comissão de Memória Política do Estado do Paraná.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 091/96

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Beto Richa, objetiva criar a Comissão de Memória Política do Estado do Paraná.

Sobre a matéria, constatamos já existir o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o que preceitua o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, não encontramos nada que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 091/96

P A R E C E R :

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 091/96 visa criar na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Comissão Especial, composta por cinco membros, para

efetuar o levantamento da Memória Política do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 33 de 07 de abril de 1855 que instituiu o Arquivo Público, em operação até os dias de hoje, abrigando incontáveis e valiosos documentos para a história política do Paraná, vem por meio desse projeto objetivar a criação de Comissão Especial para organizar e fazer os levantamentos que faltam para reunir o que seria a Memória Política do Estado do Paraná.

Esta organização vai proporcionar a reunião num único acervo de todas as informações importantes para a história Política do Paraná, que podem servir de referencial para os próximos passos que rumam certos ao novo milênio.

CONCLUSÃO

Pelo acima exposto, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.08.97

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo criar um Centro de Limpeza, Urbanização e Manutenção das Praias do Paraná - CELIPRAPAR.
COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. nº 39, de

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 126/96

PARECER:

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar um Centro de Limpeza, Urbanização e Manutenção das Praias do Paraná - CELIPRAPAR.

FUNDAMENTAÇÃO

Constatamos ao analisar a matéria, tratar-se de uma medida meramente autorizatória com uma grande motivação de organizar o serviço de limpeza, urbanização e manutenção nas praias do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrando nenhum óbice para a tramitação do Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Luiz Accorsi, apresenta Parecer FAVORÁVEL para o mesmo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 126/96

PARECER:

De autoria do Deputado Luiz Accorsi, o Projeto de Lei em pauta tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar um Centro de Limpeza, Urbanização e Manutenção das Praias do Paraná - CELIPRAPAR.

É notória a falta de condições financeiras dos municípios do nosso litoral para oferecer serviços essenciais de boa qualidade em suas praias, principalmente por ocasião da temporada.

É inegável que um melhor atendimento é fator decisivo para incrementar não só o turismo interno, como o proveniente de outros estados e até de outros países.

Não tendo sido encontrado nenhum óbice à sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, e por se tratar de Projeto autorizatório, nosso Parecer é também FAVORÁVEL.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.97.
(aa) HÉLIO RUSCH - Presidente;
ALBANOR GOMES - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPOTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 126/96

PARECER:

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi que autoriza o Poder Executivo a criar um Centro de Limpeza, Urbanização e Manutenção das Praias do Paraná - CELIPRAPAR.

De acordo com o § 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete à esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face os propósitos do projeto em análise somos de Parecer FAVORÁVEL ao mesmo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.08.97
(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente;
PÉRICLES DE MELLO - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2003 de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 126/96 por 10 (dez) Sessões.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Maringá - UEM, a criar o Curso de Medicina na Cidade de Jacarezinho, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. (Publ. no D.A. nº 101, de 01.07.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 293/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Joel Coimbra que visa autorizar o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Maringá, a criar o curso de Medicina em Jacarezinho.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa e por melhorar e ampliar as condições de ensino público, manifestamos-nos favoravelmente, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
EDUARDO TREVISAN - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 293/96

PARECER:

RELATÓRIO

De autoria do Deputado Joel Coimbra, o presente plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Maringá - UEM a criar o curso de medicina na cidade de Jacarezinho.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto em tela passou pela análise constitucional e legal da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, recebendo desta Parecer FAVORÁVEL por nada ter encontrado que obste a tramitação do mesmo dentro dos campos acima citados.

Esta Comissão chamada a opinar no que lhe compete conforme lhe preceitua o Regimento Interno - art. 33, § 7º -, e na obediência aos dispositivos constitucionais de que a educação é dever do Estado e direito do cidadão, entende esta Comissão ser o Projeto meritório de aprovação já que proporcionará oportunidade igual para todos como intenciona a sociedade justa e democrática, que espera contribuição de todos os seus integrantes para um futuro onde possa imperar o Bem-Comum e o benefício coletivo.

CONCLUSÃO

Assim sendo, este Relator opina pelo Parecer FAVORÁVEL a aprovação do presente Projeto de Lei.
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.97
(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente;
DULIO GENARI - Relator.

Sobre o referido Projeto, requerimento nº 2020 de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) Sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 293/96.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, através do Instituto de Previdência Social do Estado - IPE, a implantação de um Posto de Assistência Médica 24 horas, em sistema de plantão para os trabalhadores assistidos por este Instituto, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 11.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 497/96

PARECER:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná, através do Instituto de Previdência Social do Estado - IPE a implantação de um Posto de Assistência Médica 24 horas, em sistema de plantão para os trabalhadores assistidos pelo Instituto.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, a matéria encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.97
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
IRONDI PUGLIESI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 497/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 497/96, de autoria do Exmo. Colega, Deputado Geraldo Cartário, tem como objetivo a implementação de um sistema de atendimento médico de 24 horas para todos os servidores públicos assistidos pelo IPE - Instituto de Previdência Social do Estado do Paraná, através da ação do Governo do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, depois de detalhada análise das consequências efetivas deste Projeto de Lei, para as finanças públicas do Estado do Paraná, somos de Parecer FAVORÁVEL à sua aprovação, uma vez que as despesas decorrentes da implementação da unidade de saúde acima referida correrão na conta específica do próprio instituto de Previdência Social do Estado do Paraná - IPE, não implicando, portanto, em qualquer aumento de despesas não previsto ou não orçamentado pelo instrumento competente do Estado do Paraná.

Salvo Melhor Juízo, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.97
(aa) HÉLIO RUSCH - Presidente;
ÂNGELO VANHONI - Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 497/96

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Ilustre Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná através do Instituto de Previdência Social do Estado - IPE a implantação de um Posto de Assistência Médica 24 horas, em sistema de plantão para os trabalhadores assistidos pelo Instituto.

Esta douta Comissão de Saúde Pública ao ser chamada a opinar de conformidade com o § 10, do art. 33, do Regimento Interno desta Casa a matéria vem a se manifestar

favoravelmente a esta presente proposta, por entender que a matéria é meritória e trará benefícios a população do nosso Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua tramitação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.97

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente;

CLEITON KIELSE - Relator.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/96, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que denomina o Ginásio de Esportes do Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, em Cascavel, de Ginásio de Esportes Fábio Luiz Buchner. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169, de 13.11.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 502/96

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Edgar Bueno, denomina o Ginásio de Esportes do Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, em Cascavel, de Ginásio de Esportes Fábio Luiz Buchner.

Por nossa iniciativa, o Projeto foi encaminhado para a Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de que a mesma manifeste sua opinião.

O Senhor Secretário de Educação, Ramiro Wahrhaftig, enviou a esta C.C.J. a informação nº 008/97, da Superintendência de Educação, que diz ser da alçada da Secretaria nomeinar ou alterar denominação de estabelecimento de ensino de sua rede - conforme deliberação nº 51/82 do Conselho Estadual de Educação - o que não é a intenção do Projeto, que denomina o Ginásio de Esportes do citado Colégio.

Portanto, como também não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis, manifestamos o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.08.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

EDUARDO TREVISAN - Relator.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/97, de autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a determinar ao DETRAN, permitir estacionamento regulamentado de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por portadores de deficiência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.03.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 049/97

PARECER: — ➤

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a determinar ao DETRAN, permitir estacionamento regulamentado de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por portadores de deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal para a transmissão do presente projeto. Vale ressaltar, também, o caráter autorizatório da proposição.

CONCLUSÃO

Isto posto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 49/97.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 049/97

PARECER:

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à propositura.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações chamada a opinar conclui tratar-se de matéria altamente meritória, já que beneficia as pessoas portadoras de deficiências físicas promovendo maior integração do deficiente à sociedade, facilitando também sua locomoção e independência pessoal, fazendo-se respeitar pelos demais.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21.08.97.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que dispõe sobre a prática de Rafting (descida em corredeiras com botes infláveis). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 242/97

PARECER:

O Projeto de Lei nº 242/97, de autoria do nobre Deputado Sâmis da Silva, veda a prática de Rafting realizado por clubes, associações, sociedades recreativas ou esportivas, ou ainda qualquer pessoa jurídica que o promova, sem licença da Confederação Brasileira de Canoagem.

Considerando que a realização dessa modalidade esportiva como lazer a sua promoção como atividade turística sem a devida segurança, torna-se prática de alto risco, e não podendo ser desenvolvida por pessoas que não tenham experiência ou treinamento.

Diante do exposto, somos de parecer favorável à proposição que ora analisamos.

Sala das Comissões, em 05.08.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 242/97

PARECER:

RELATÓRIO

O presente projeto de autoria do Deputado Sâmis da Silva, dispõe sobre a prática de Rafting (descida em corredeiras com botes infláveis), vedando-a quando realizada por clubes, associações, sociedades recreativas ou esportivas, ou ainda, por qualquer pessoa jurídica que a promova, sem licença da Confederação Brasileira de Canoagem.

FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, aquela opinou pelo parecer favorável, entendendo-se que a realização dessa modalidade sem a devida segurança torna-se a prática de alto risco, não podendo ser desenvolvida por pessoas que não tenham experiência ou treinamento.

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta comissão chamada a opinar conforme lhe preceitua o art. 33, § 7º, do Regimento Interno, tem o mesmo posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça, pelo que opina favoravelmente a aprovação do Projeto em tela.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113, de 04.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 317/97

PARECER

RELATÓRIO

De autoria do Deputado Horácio Rodrigues, o presente projeto visa conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira.

Trata-se de honraria de melhor brilho, concedida aos homens de bem que prestam serviços à comunidade e ao Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

A concessão de título de benemerência de cidadania honorária paranaense está disposto na Lei nº 5.638 de 13 de Setembro de 1967.

No Art. 1º, do dispositivo legal retro, extraímos que:

Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência e cidadania honorária paranaense:

I - Desempenho com denodo da função pública;

II - Contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - Ação em favor de obras de relevante valor social,

e

IV - Participação ativa na defesa de postulados democráticos e instituições brasileiras.

Outrossim, melhor especificando a fundamentação legal do presente projeto, dos preceitos constitucionais do Estado do Paraná, nada encontramos no seu impedimento.

CONCLUSÃO

Pelo exposto retro e acatando a biografia do ilustre homenageado relatada na justificativa do projeto em epígrafe, não há nenhum óbice constitucional ou legal que impeça sua normal tramitação, já que amparada.

Desta forma, somos pelo Parecer Favorável, opinando-se por sua aprovação.

E o parecer,

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 2014, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. - Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1996, 2007 e 2008, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1997, 1998 e 2004, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2005, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2009 a 2011, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2016, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2017, 2044-C, 2044-D, 2044-E, 2044-F e 2044-G, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2019, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Retirado pelo Autor.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2021 a 2026, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2027, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2028 a 2044, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2044-A e 2044-B, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 379, 380, 382 e 413/97.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 04, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 378, 379, 380, 382 e 413/97.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Maria Ferreira, Toti Colaço, Carlos Simões, Duffio Genari, Emerson Nerone e José Tavares. Não havendo número legal a presente reunião foi transferida. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duffio Genari, Geraldo Cartário, Florivaldo Fier, Toti Colaço, José Maria Ferreira, César Seleme, Carlos Simões, Élio Lino Rusch, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, Walmor Trentini e José Tavares. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. O Senhor Presidente destaca a presença do Prefeito do Município de Campo Mourão, Senhor Tavillo Tezelli e passa a palavra ao Deputado José Tavares que consulta à Comissão se deve proceder ao relato com relação aos Projetos de Lei autorizatórios, onde foi elaborado com a Assessoria Jurídica da Casa e foi entregue cópia aos Deputados. O Deputado Geraldo Cartário sugere que seja feita uma reunião específica para este assunto e que te-

putado Hidekazu Takayama, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 335/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 354/97 de autoria do Deputado Sâmis da Silva, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 336/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 348/97 de autoria do Deputado Nelson Garcia, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 351/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 358/97 de autoria do Deputado Anibal Khury, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 356/97 de autoria do Deputado Nereu Moura, Parecer CONTRÁRIO do Deputado César Seleme - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 122/97 de autoria do Deputado Orlando Pessuti, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 350/97 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 343/97 de autoria do Deputado Anibal Khury, CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Florisvaldo Fier, 25) Projeto de Lei nº 333/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 330/97 de autoria do Deputado Anibal Khury, CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Florisvaldo Fier e José Tavares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, que para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia, Advogada e Secretária de Comissão.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária

nha a presença dos Deputados Titulares, Suplentes e Líderes dos Partidos nesta Casa. O Senhor Presidente lembra que esta semana foi votado projeto autorizatório em Plenário sem parecer da Comissão e faz um apelo aos Deputados que defendam a posição adotada nas reuniões. O Senhor Presidente coloca em votação a sugestão do Deputado Geraldo Cartário de votarem o parecer na próxima reunião, fazendo hoje somente a leitura - Aprovado. O Deputado José Tavares passa a ler o parecer. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 004/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Tavares, APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 221/97 de autoria do Deputado Péricles Mello e outros, CONCEDIDO VISTAS ao Deputado César Seleme, 03) Projeto de Lei nº 502/96 de autoria do Deputado Edgar Bueno, Parecer CONTRÁRIO do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 025/97 de autoria do Deputado José Maria Ferreira, CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Walmor Trentini e Florisvaldo Fier, 05) Projeto de Lei nº 317/97 de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 322/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, O Deputado Relator Walmor Trentini, REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 07) Projeto de Lei nº 320/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 306/97 de autoria do Deputado José Maria Ferreira, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 366/97 de autoria do Deputado Reny Borsatto, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 341/97 de autoria do Deputado Reny Borsatto, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 355/97 de autoria do Deputado Sâmis Silva, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 344/97 de autoria do Deputado Anibal Khury, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 331/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 337/97 de autoria do De-